



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



LEI N° 979/2025

SUMULA: Cria o Conselho Municipal de Cultura, Turismo e Lazer e o Fundo Municipal de Cultura, Turismo e Lazer do Município de Marquinho/PR e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SR ELIO BOLZON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM O ARTIGO 70 INCISO III DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

CAPÍTULO I DA FINALIDADE E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, órgão deliberativo e consultivo, com a finalidade de assegurar a participação da comunidade e das entidades organizadas na elaboração, viabilização, implementação e acompanhamento de projetos e programas com objetivos culturais, turísticos e de Lazer no Município de Marquinho/Paraná.

Art. 2º - Compete ao Conselho de Cultura, Turismo e Lazer:

I – contribuir com o Poder Executivo na elaboração e na implantação do plano municipal de desenvolvimento da Cultura, Turismo e Lazer;

II – fazer a ligação entre a comunidade local e o Poder Executivo, trazendo para a Prefeitura as reivindicações da população na área da Cultura, Turismo e Lazer e apresentando os planos do órgão municipal de turismo;

III – promover a gestão junto à iniciativa privada local, sobre campanhas protecionais de divulgação e cooperativas;

IV – colaborar com a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer na elaboração de um calendário municipal de eventos;

V – contribuir para a promoção de campanhas de conscientização da comunidade para as atividades de Cultura, Turismo e Lazer;

VI – contribuir para a promoção de campanhas de defesa do patrimônio da Cultura, Turismo e Lazer local;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



VII – fiscalizar e controlar a execução de programas e projetos da Cultura, Turismo e Lazer;

VIII – representar o município de Marquinho/Paraná a nível estadual e federal;

IX – emitir pareceres sobre projetos da iniciativa privada, voltadas para as atividades da Cultura, Turismo e Lazer.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO, DO FUNCIONAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Cultura, Turismo e Lazer será composto por 08 membros, sendo 08 membros titulares e 08 membros suplentes, a saber:

- I – um representante do Poder Executivo Municipal;
- II – um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.;
- III – um representante de Grupos recreativos;
- IV – um representante do Conselho de Desenvolvimento Urbano e/ou Rural;
- V – um representante das empresas do ramo de restaurantes, bares e similares;
- VI – um representante da comunidade ligado a eventos da Cultura, Turismo e Lazer;
- VII – um representante do Grupo de Associação Comercial e Empresarial de Marquinho - ACEM;
- VIII – um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único - Os órgãos ou entidades com representação no Conselho indicarão um membro titular e um membro suplente.

Art. 4º - A designação dos membros do Conselho será feita por ato do Prefeito Municipal.

Art. 5º - O período de mandato do Conselho será de dois anos, permitida a recondução.

Art. 6º - O mandato de membro do Conselho será considerado serviço de caráter voluntário, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



Art.7º - A entidade cujos membros, titular ou suplente, que faltarem a 02 (duas) reuniões consecutivas, sem justificativa, perderá automaticamente o assento, sendo convocada a entidade suplente respectiva.

Art. 8º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, a cada trinta dias ou quando convocado por seu presidente.

Parágrafo único - A convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

Art. 9º - O Conselho poderá solicitar a presença do Prefeito Municipal, em suas reuniões e eventos congêneres, para fins de colaboração nas discussões e deliberação pertinentes.

Parágrafo único – O Conselho poderá também solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, a contratação de assessoramento técnico, em áreas específicas e especializadas, permitida a participação de assessores na reunião do Conselho, sem direito a voto.

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E LAZER

Art. 10 - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar os recursos para a implementação da Política Municipal de Desenvolvimento da Cultura, Turismo e Lazer e Econômico.

Art. 11 - Os recursos do Fundo Municipal de Cultura, Turismo e Lazer serão constituídos de:

I - transferências, auxílios, contribuições e subvenções de entidades, empresas e órgãos da administração municipal, federal e estadual, direta e indireta, oriundos de convênios ou ajustes financeiros firmados pelo Município, cuja aplicação seja destinada especificamente às ações de implantação de projetos da Cultura, Turismo e Lazer no Município;

II- recursos financeiros destinados pelo Município (orçamento programado) ou decorrentes de créditos especiais e suplementares que venham a ser, por lei ou decreto atribuído ao Fundo, e os oriundos de entidades privadas;

III - rendimentos e juros oriundos de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;

IV - doações, legados, e contribuições de qualquer natureza;

V - participação na renda de programas Culturais, turísticos e de Lazer do Município de Marquinho e de outros materiais promocionais oficiais de Cultura, Turismo e Lazer;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



VI - cessão remunerada de espaço público para eventos de cunho da Cultura, Turismo e Lazer;

VII - outras taxas e tarifas do setor da Cultura, Turismo e Lazer que porventura vier a ser criado;

VIII - recursos captados na forma de patrocínios e/ou parcerias para a realização de eventos;

IX - receitas provenientes de financiamentos e/ou de custeios para a realização de projetos da Cultura, Turismo e Lazer.

Art. 12 - Os recursos do FUMTUR, em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Cultura, Turismo e Lazer , serão aplicados em:

I - treinamento de profissionais vinculados a Cultura, Turismo e Lazer;

II - divulgação do potencial da Cultura, Turismo e Lazer do Município;

III - desenvolvimento e implantação de projetos da Cultura, Turismo e Lazer no Município;

IV - equipamentos e infraestrutura básica para atendimento aos visitantes nos pontos da Cultura, Turismo e Lazer do Município;

V - manutenção, aquisição de materiais e equipamentos necessários aos serviços da Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer e Eventos;

VI - promoção de eventos culturais, artísticos, esportivos e sociais de cunho turístico ou de divulgação das potencialidades do Município;

VII - fomento de atividades relacionadas a Cultura, Turismo e Lazer no Município visando à geração de empregos e renda;

VIII - outros programas, projetos e planos que o Conselho e a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer entender de fundamental relevância para o desenvolvimento do Município;

IX - custeio das ações do exercício regular do poder de polícia do Município de Marquinho sobre as atividades econômicas vinculadas a Cultura, Turismo e Lazer, como hotéis, restaurantes, bares e similares, e agências de viagens, Shows e eventos artísticos.

X - aquisição de materiais de consumo e permanente destinados aos projetos e programas da Cultura, Turismo e Lazer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



XI - outras ações não previstas, sempre voltadas ao interesse socioeconômico e divulgação do Município.

Art. 13 - Os recursos constitutivos do Fundo serão obrigatoriamente depositados em agência bancária oficial, em conta especial de denominação: Fundo Municipal da Cultura, Turismo e Lazer de Marquinho, mediante conta remunerada e movimentada pelo ordenador de despesas do Município.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Finanças deverá acompanhar e fiscalizar as aplicações dos recursos do Fundo Municipal da Cultura, Turismo e Lazer de Marquinho.

Art. 14 - O serviço contábil do Fundo Municipal de Cultura, Turismo e Lazer de Marquinho será executado pela Secretaria de Finanças do Município, através do Departamento de Contabilidade.

Art. 15 - A apreciação e aprovação das contas do Fundo Municipal da Cultura, Turismo e Lazer será submetida ao Conselho Municipal de Cultura, Turismo e Lazer.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas decorrentes do cumprimento desta Lei, com recursos oriundos do orçamento da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marquinho Estado do Paraná, 14 de março de 2025.



ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

* Não pode ser vendido separadamente

Suplemento integrante da edição 4594 do Jornal Correio do Povo do Paraná



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.611.532/0001-13
e-mail: prefeitura@marquinhos.pr.gov.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinhos - PR.

LEI Nº 977/2025

SUMULA: Regulamenta os arts. 5º e 6º da Lei nº 100 da Constituição Federal, considerando-se de pequeno valor, para o Município de Marquinhos, os débitos ou obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado cujo montante seja igual ou menor que R\$ 100,00 (cem reais), que não sejam de natureza tributária (INSS) tanto para débitos de natureza alimentícia quanto para débitos de natureza diversa.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SR ELIO BOLZON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM O ARTIGO 7º INCISO III DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, SANCIONOU A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º Para os efeitos do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, consideram-se de pequeno valor, para o Município de Marquinhos, os débitos ou obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado cujo montante seja igual ou menor que R\$ 100,00 (cem reais), que não sejam de natureza tributária (INSS) tanto para débitos de natureza alimentícia quanto para débitos de natureza diversa.

Parágrafo único: Os valores serão readjustados anualmente, de forma automática, de acordo com o teto dos benefícios do INSS.

Art. 2º Considera-se de pequeno valor, para o Município de Marquinhos, o limite estabelecido no art. 1º, o qual é de R\$ 100,00 (cem reais), para fins de pagamento de débitos que permanecem a vencer, a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo remanescente, limitado ao montante previsto no art. 1º.

Art. 3º Fica vedado o fracionamento ou a repartição do valor do crédito, de modo que o pagamento não ocorra parcialmente na forma establecida no art. 1º, e parcialmente mediante expedição de precatório, precatório complementar ou suplementar.

Art. 4º O montante total dos valores pagos a esse título não poderá exceder, anualmente, o saldo da conta específica prevista no orçamento-programa do Município.

Art. 5º O Requisitório de Pequeno Valor (RPV) expedido até a data de publicação desta Lei será pago pelo valor previsto no inciso II do art. 87 dos Atos das Organizações Constituintes Transitorias (ADCT).

Art. 6º O Município descontará, anualmente, recursos no orçamento para atender às despesas decorrentes dessa Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.611.532/0001-13
e-mail: prefeitura@marquinhos.pr.gov.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinhos - PR.

Artigo 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.611.532/0001-13
e-mail: prefeitura@marquinhos.pr.gov.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinhos - PR.

LEI Nº 979/2025

SUMULA: Cria o Conselho Municipal de Cultura, Turismo e Lazer e o Fundo Municipal de Cultura, Turismo e Lazer do Município de Marquinhos/PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SR ELIO BOLZON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM O ARTIGO 7º INCISO III DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, SANCIONOU A SEGUINTE:

LEI

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, órgão deliberativo e consultivo, com a finalidade de assegurar a participação da comunidade e das entidades organizadas na elaboração, viabilização, implementação e acompanhamento de projetos e programas com objetivos culturais, turísticos e de Lazer no Município de Marquinhos/PR.

Art. 2º - Compete ao Conselho de Cultura, Turismo e Lazer:

- I - contribuir com o Poder Executivo na elaboração e na implantação do plano municipal de desenvolvimento da Cultura, Turismo e Lazer;
- II - fazer a ligação entre a comunidade local e o Poder Executivo, Irazendo para a Prefeitura as reivindicações da população na área de Cultura, Turismo e Lazer e apresentando os planos do órgão municipal de turismo;
- III - promover a gestão junto à iniciativa privada local, sobre campanhas preletoriais de divulgação e cooperativas;
- IV - colaborar com a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer na elaboração de um calendário municipal de eventos;
- V - contribuir para a promoção de campanhas de conscientização da comunidade para as atividades de Cultura, Turismo e Lazer;
- VI - contribuir para a promoção de campanhas de defesa do patrimônio da Cultura, Turismo e Lazer local;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.611.532/0001-13
e-mail: prefeitura@marquinhos.pr.gov.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinhos - PR.

VII - fiscalizar e controlar a execução de programas e projetos da Cultura, Turismo e Lazer;

VIII - representar o município de Marquinhos/PR a nível estadual e federal;

IX - emitir pareceres sobre projetos de iniciativa privada, voltados para as atividades de Cultura, Turismo e Lazer;

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO, DO FUNCIONAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Cultura, Turismo e Lazer será composto por 08 membros, sendo 08 membros titulares e 08 membros suplentes, a saber:

- I - um representante do Poder Executivo Municipal;
- II - um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
- III - um representante de Grupos recreativos;
- IV - um representante do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Rural;
- V - um representante das empresas do ramo de restaurantes, bares e similares;
- VI - um representante da comunidade ligado a eventos da Cultura, Turismo e Lazer;
- VII - um representante do Grupo de Associação Comercial e Empresarial de Marquinhos - ACEM;
- VIII - um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Parágrafo único - Os órgãos ou entidades com representação no Conselho indicarão um membro titular e um membro suplente;

Art. 4º - A designação dos membros do Conselho será feita por ato do Prefeito Municipal.

Art. 5º - O período de mandato do Conselho será de dois anos, permitida a recondução.

Art. 6º - O mandato de membro do Conselho será considerado serviço de caráter voluntário, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.611.532/0001-13
e-mail: prefeitura@marquinhos.pr.gov.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinhos - PR.

Artigo 7º - Fica readjustada em 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento), os vencimentos dos servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Marquinhos - IPRP.

Artigo 8º - Ficam readjustados em 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento), os vencimentos dos servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Marquinhos - IPRP.

Artigo 9º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 10º - Fica readjustada em 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento), a remuneração dos Conselheiros Tutelares de Marquinhos, que passarão a receber R\$ 2.174,38 (dois mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos) mensais.

Artigo 11º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 12º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 13º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 14º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 15º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 16º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 17º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 18º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 19º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 20º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 21º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 22º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 23º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 24º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 25º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 26º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 27º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 28º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 29º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 30º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 31º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 32º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 33º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 34º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 35º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 36º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 37º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 38º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 39º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 40º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 41º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 42º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 43º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 44º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 45º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 46º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 47º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 48º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 49º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 50º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 51º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 52º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 53º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 54º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 55º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 56º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 57º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 58º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 59º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 60º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 61º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 62º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 63º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 64º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 65º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 66º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 67º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 68º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 69º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 70º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 71º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 72º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 73º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 74º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 75º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 76º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Próprio de Previdência Social de Marquinhos a efetuar mediante ato próprio, atualização das tabelas salariais, considerando os termos da presente Lei.

Artigo 77º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Marquinhos e o Regime Pró